



Anais da Assembléia

Nº 206

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 19 DE DEZEMBRO DE 1996

ANO XXII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO
3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT – 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; PSDB – 10: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Silva Lino - Joelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; PMDB – 10: Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Calto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PTB – 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; PPB – 06: Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irandi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; PFL – 05: Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; PT – 05; Angelo Vanhoni - Péricles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA
DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO
REALIZADA EM 19 DE DEZEMBRO DE 1996
(QUINTA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Joel Coimbra, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob os nºs CTL/SEEG/369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381 e 382/96, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

140/96: De autoria do Deputado Ricardo Chab, que obriga as empresas de transporte coletivo intermunicipal que exploram os serviços concedidos ou permitidos pelo Estado do Paraná, a fixarem, em local visível, fotografias de crianças desaparecidas no território do Estado, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.629. **Anote-se - Arquive-se.**

301/96: de autoria do Deputado Walmor Trentini, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Centro de Estudos Supletivos de Paranavaí, com sede no Município de Paranavaí, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.630. **Anote-se - Arquive-se.**

310/96: de autoria do Deputado Cezar Silvestri, que declara de Utilidade Pública o Centro Espírita Alan Kardec, Mensageiro da Paz, com sede e foro na Cidade de Ibiaporã, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.631. **Anote-se - Arquive-se.**

350/96: de autoria do Deputado Marquinhos Alves, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual "Oberon Floriano Dittert", com sede no Município de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.632. **Anote-se - Arquive-se.**

387/96: De autoria do Deputado Marquinhos Alves, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres "Branca da Mota Fernandes" do Colégio Estadual Branca da Mota Fernandes, com sede e foro na Cidade de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.633. **Anote-se - Arquive-se.**

391/96: De autoria do Deputado Antonio Belinati, que declara de Utilidade Pública a ACALON - Associação da Criança e do Adolescente de Londrina, com sede e foro no Município de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.634. **Anote-se - Arquive-se.**

403/96: De autoria do Deputado Marquinhos Alves, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual "Silvio Magalhães Barros", com sede e foro na Cidade de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.635. **Anote-se - Arquive-se.**

405/96: de autoria do Deputado Jocelito Canto, que declara de Utilidade Pública a Seara Espírita Mãe Apolonia, com sede e foro na Comarca de Ponta Grossa, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.636. **Anote-se - Arquite-se.**

413/96: de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim Itália, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.637. **Anote-se - Arquite-se.**

092/96: De autoria do Deputado Eduardo Trevisan, que autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com a Prefeitura Municipal de Cornélio Procopio, objetivando completar a pavimentação do Conjunto Habitacional Jardim da Figueira, no referido município, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.638. **Anote-se - Arquite-se.**

096/96: De autoria do Deputado Eduardo Trevisan, que autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com a Prefeitura Municipal de Leopólis, objetivando a pavimentação asfáltica entre Leopólis e o Distrito Primavera no referido município, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.639. **Anote-se - Arquite-se.**

099/96: De autoria do Deputado Eduardo Trevisan, que autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com a Prefeitura Municipal de Santa Mariana e a Prefeitura Municipal de Leopólis, objetivando a pavimentação asfáltica entre Distrito do Panema e o Distrito de Jandinópolis, nos referidos municípios, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.640. **Anote-se - Arquite-se.**

107/96: De autoria do Deputado Eduardo Trevisan, que autoriza o Poder Executivo a pavimentar, através do Programa "Caminhos da Educação", o Bairro Rural Jerusalém, no Município de Cornélio Procopio, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.641. **Anote-se - Arquite-se.**

181/96: De autoria do Deputado Geraldo Cartário, que autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com a Prefeitura Municipal de Curitiba, para promover obras de iluminação pública em toda extensão das rodovias que ligam os municípios que fazem fronteiras com a Capital do Estado, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.642. **Anote-se - Arquite-se.**

Sob o nº 05/96, da Senhora Mônica Fleith Lemuch, Juíza de Direito da Comarca de Sarandi, encaminhando Ata da Sessão Solene de Instalação da Comarca de Sarandi. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 611/96, da Senhora Carmelina dos Santos Rosa - secretária substituta da Secretaria dos Direitos da Cidadania, comunicando Convênio nº 044/96, firmado entre o Ministério da Justiça, por intermédio da Secretaria dos Direitos da Cidadania e o Governo do Estado, destinado ao apoio as ações de promoção de defesa de Direitos de Crianças e de Adolescentes. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 2845/96, do Senhor Daniel Domingues, Diretor do Departamento de Gestão do Fundo da Assistência Social, comunicando a celebração de Convênio/MPAS/SAS/nº 112/96, entre o Ministério da Previdência e Assistência Social e o Estado do Paraná, no valor de R\$ 46.690,00 (quarenta e seis mil, seiscentos e noventa reais), destinados a execução do Plano Estadual de Capacitação dos segmentos envolvidos na Política de Assistência Social no Estado do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/SEEG/383/96, da Senhora Governadora do Estado em exercício, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 174/96, de autoria dos Deputados Irineu Colombo e Eduardo Trevisan, por julgá-lo inconstitucional. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1824
Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 19.12.96.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1825
Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, a constituição de uma Comissão Especial, composta por 5 (cinco) membros, com prazo de

duração de 10 (dez) dias, para acompanhamento do processo eleitoral no Município de Irati, tendo em vista fatos ocorridos no município citado de compra de votos, bem como outros.

Nestes termos, pede deferimento, conforme o disposto no Artigo 34 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 19.12.96.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 1826

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de Pedido de Informações ao Senhor Governador do Estado do Paraná, Dr. Jaime Lerner, sobre as seguintes questões:

1) O Governo do Estado tem investigado a suspeita de irregularidades na licitação para compra de equipamentos de rádio-transmissão para a Polícia Civil?

2) Se está, já chegou a alguma conclusão, e se confirmadas as suspeitas, que tipo de providência vai adotar?

3) As opiniões do Secretário de Segurança Pública, Cândido Martins de Oliveira e do Delegado Chefe da Polícia Civil, Toleb Baleche, segundo notícia a imprensa, são divergentes sobre o assunto. Qual dos dois, efetivamente, está certo? Por enquanto ambos têm apenas trocado acusações via jornais. Por que a compra dos equipamentos foi suspensa?

4) Qual a influência que empresas como a Ericsson têm sobre todo o processo? A acusação de lobby da empresa junto aos delegados, procede?

Sala das Sessões, em 19.12.96.

(a) JOSÉ TAVARES

Apoio: Doutor Rosinha, Orlando Pessuti, José Maria Ferreira, Renato Adur, Péricles Mello, Albanor Gomes, João Techy, Caíto Quintana, Irineu Colombo, Luiz Claudio Romanelli, Joel Coimbra, Emerson Nerone, Geraldo Cartário, Cezar Silvestri, Nereu Alves de Moura, Luiz Accorsi, Nelson Garcia, Hidekazu Takayama, Antonio Annibelli, Eduardo Trevisan, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Augustinho Zucchi, César Seleme e Walmor Trentini.

JUSTIFICATIVA:

A divergência sobre a licitação para compra de equipamentos para a Polícia Civil, entre o Secretário de Estado e o Delegado Chefe da Polícia Civil, Cândido Martins de Oliveira e Toleb Baleche, respectivamente, precisam ser esclarecidas de pronto, tal a gravidade das acusações entre ambos que

estão sendo trocadas via jornais. Qual deles está certo, pergunto ao Senhor Governador.

Através deste Pedido de Informações, quero esclarecer essa questão, para que o Legislativo, dentro de suas prerrogativas, tenha o direito de ser informado sobre o que se passa no Governo do Estado. Especialmente em se tratando, como é o caso, de uma medida sob suspeita de irregularidades. A Assembleia Legislativa requer estas informações, até para não ter que tomar providências mais duras, como a abertura de uma Comissão Especial, ou de Inquérito no âmbito da Casa, para investigar todo o processo.

É um direito que nos toca, em nome do povo paranaense, e que poderemos lançar mão, caso se faça necessário.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

Suspendemos a Sessão por dois minutos, para recebermos os ilustres visitantes, e o nosso Presidente Anibal Khury.

Está suspensa a Sessão.

Está reaberta a Sessão.

Em nome da Mesa Executiva, do Presidente Anibal Khury, concedo a palavra ao Dr. José Maria Parolla, nosso Senador Provincial da ilustre Mãe Pátria, Argentina, nosso irmão que nos visita nesta oportunidade.

Com a palavra, o ilustre Senador.

O SR. SENADOR JOSÉ MARIA PAROLLA - Senhor Presidente da Assembleia Legislativa, Senhores Deputados.

Em nome do Governador da Província de Córdoba, do vice-Governador, do Senado da Província de Córdoba, dos membros da Câmara dos Deputados, nos sentimos profundamente emocionados e congratulados com a deferência que teve a Assembleia Legislativa do Paraná, e por toda atenção que recebemos aqui, na Cidade de Curitiba, da qual vamos comovidos, porque aqui vimos não só uma cidade muito bonita, muito organizada, talvez um dos projetos de urbanização que teriam que ter as cidades de nosso País.

Sentimos neste momento a mesma emoção, como se estivéssemos no nosso País, já que formamos parte do Cone-Sul, e desta integração latino-americana, que se iniciou como grupo comum do MERCOSUL. Todo processo de integração gera benefício ao bem-estar, ao desenvolvimento, ao crescimento dos povos, mas também todo processo de integração produz, às vezes, segregações, há setores que crescem

mais rápido que outros, e são produzidas grandes assimetrias.

Nós, como representantes do Senado da Província de Córdoba, acompanhamos ao vosso Governador em sua viagem de regresso da visita à nossa Província, e estamos prontos para trabalhar irmanados, com os nossos, e aí vale a redundância, com nossos irmãos do Estado do Paraná, para fazer do MERCOSUL algo muito importante no contexto internacional, e também para trabalhar de Estado a Estado, para fazer o crescimento, o desenvolvimento e o bem-estar das famílias.

Muito obrigado a todos que nos recebem, aqui no Brasil, e felizes festas, e um futuro promissor para toda a Assembléia Legislativa, para a Cidade de Curitiba, e para todos os habitantes do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Concedo a palavra à ilustre Senadora Provincial, Haide Gire.

A SRA. SENADORA HAIDE GIRE - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Senador Parolla, meu amigo, disse praticamente o mais importante, o que pode unir a Argentina e o Brasil, os cordobeses e paranaenses em particular.

Pessoalmente, e de algum modo me sinto uma filha do Brasil, sou médica e me especializei em oncologia no Instituto Nacional de Oncologia do Rio de Janeiro. Amo este País, quase tanto como amo o meu País.

O MERCOSUL deixou de ser uma utopia, e passou a ser uma realidade, graças à vontade de um povo que realmente sentimos irmanado. Somos nesta história, uma projeção de um futuro comum.

Somente tenho palavras de agradecimento para esta estada nesta formosíssima Cidade de Curitiba.

Muito obrigada.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Algaci Túlio, que em nome da Mesa Executiva, do Deputado Anibal Khury, e de nós todos deste Parlamento, fará, em nome da Casa, um agradecimento aos ilustres presentes.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e o Estado do Paraná, sentem-se honrados em receber, no dia de hoje, duas ilustres figuras da po-

lítica do nosso país-irmão Argentina, que aqui vieram, e que aqui estão para conhecer melhor o nosso Estado, a nossa Curitiba, e o nosso País.

É bom lembrar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que o Governador Jaime Lerner, ainda nesta semana acompanhado do Cônsul José Maria Parolla, e também acompanhado de políticos e empresários, inauguraram o voo internacional Curitiba-Foz-Córdoba, um grande passo, sem dúvida alguma, no momento em que estamos abrindo os caminhos do MERCOSUL. Este voo internacional, que também valoriza em muito o nosso recém-inaugurado Aeroporto Internacional Afonso Pena.

E é bom também lembrar aos Senhores Parlamentares, que mais um outro fator nos une bastante com a Cidade de Córdoba, que por sinal tem muito de Curitiba. São duas cidades muito parecidas, e por isso, uma se tornou irmã da outra, num convênio, num tratado feito com o Prefeito de Curitiba, com o Prefeito de Córdoba. Córdoba é cidade-irmã da Capital do Estado do Paraná, da nossa Curitiba.

Tenho certeza que começamos a desenharmos um caminho de grandes tratados importantes, no que diz respeito, especialmente, aqui, agora, falo mais em termos de Curitiba, na condição de vice-Prefeito eleito desta cidade, de ex-vice-Prefeito. Vejo a importância que tem esse tratado das cidades-irmãs. Poderemos trocar muitas experiências e poderemos fazer muitos convênios, que certamente beneficiarão estas duas cidades.

Por isso, num momento que venho a esta tribuna, praticamente no final do nosso período legislativo da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, quero saudar o Senador José Maria Parolla, a Senadora Haide Gire, pela presença, nesta tarde, aqui na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Dizer que esta Casa quer ser fórum de discussões importantes a respeito do MERCOSUL, que possamos entrelaçar cada vez mais esse entendimento, essa discussão, do que é o MERCOSUL, como ele é importante para os nossos países, e para que a classe política não fique a reboque das decisões, muitas vezes, mais a níveis empresariais, a níveis de Governo Federal, e os Estados, de repente, ficam colocados em segundo plano.

Por isso, cumprimentos os Senadores que nos visitam nesta tarde, desejo uma boa estada aqui na nossa Cidade de Curitiba, uma boa estada no Estado do Paraná, e no nosso País, e nos colocamos inteiramente à disposição do Senhor, da Senhora, para que possamos,

cada vez mais, estreitar esse relacionamento entre brasileiros e argentinos, para depois comemorarmos, lá com um tango, e aqui com um samba.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Suspendo a Sessão por dois minutos.

Sessão reaberta.

Pequeno Expediente. Não há oradores inscritos.

Grande Expediente. Não há oradores inscritos.

Lideranças:

PTB. (Declina)

PSDB. (Declina)

PFL. (Declina)

PMDB. Com a palavra, o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Creio que informalmente, até que alguns dos Senhores Deputados me lembram no período natalino. E acho que é bem próprio mesmo, Senhor Presidente, porque vim a esta tribuna aqui para relatar fatos que têm muito a ver mesmo com esse período.

Porque nunca vi Prefeito tão generoso, candidato tão generoso, quanto ao candidato de Irati, do Deputado que é apoiado pelo Deputado Waldir Rossoni. Porque estão distribuindo, nas casas das famílias mais pobres, cestas básicas, e o motivo é natalino, quero crer que é o que move o candidato do PFL, em Irati, porque vão justamente bater nas casas das famílias mais pobres e mais sofridas, e com uma cesta básica de alimentos, querer trocar os votos desta família, que é na verdade o voto que vai definir o futuro da Cidade de Irati.

E, Deputado Alborghetti, o juiz de Irati autorizou a filmagem no prédio do PROVOPAR Municipal, onde estavam as cestas básicas, e foi dado flagrante: cesta básica com a propaganda política do candidato do Prefeito de Irati, com, na verdade, uma farta distribuição que estão fazendo nos bairros mais pobres. O candidato a Prefeito de Irati, que o Deputado Toti Colaço, nosso líder da bancada, apoia.

Não é do meu partido, é do PTB, um homem com vontade de mudar aquela cidade. Porque não é possível, é o 3º turno da eleição em Irati. Primeiro, impugnar a candidatura do Alfredo, depois o Toti Colaço vai e ganha a eleição, é vitorioso, e aí, no tapetão, aquelas famosas forças ocultas conseguiram tirar o nosso Toti Colaço como

Prefeito de Irati. Agora, está lá, o nosso candidato, o Ladislau, um homem sério, trabalhador, e que está na frente das pesquisas. E o que é que faz o Prefeito de Irati, diz para o seu candidato - sai querendo comprar voto do povo mais pobre, em troca de uma cesta básica.

Ora, francamente, não é possível viver num Estado que aconteça, de uma forma repetida, esse abuso nas campanhas eleitorais. Não é possível o uso da máquina para poder desvirtuar o resultado das eleições. É o terceiro turno da eleição em Irati. Não consigo acreditar, Deputado Alborghetti, que o juiz autoriza, vai à televisão, filma, dá o flagrante, e acha que nada acontece, e sabe lá Deus se há justiça nessas terras aqui.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, em nome da Bancada do PMDB, hipotecar a nossa solidariedade ao candidato do PTB, coligado com o PMDB e o PSDB em Irati, e requerer que esta Casa constitua uma Comissão Especial Suprapartidária, para acompanhar a eleição no Município de Irati. Há de se ter transparência nos atos, porque o abuso que está se praticando em Irati, é terrível. E, só com a garantia da presença de Deputados Estaduais, especialmente designados nesta Casa, como consta no nosso Regimento, é que poderemos assegurar o abuso do poder econômico, às vésperas do pleito eleitoral.

Conto com o apoio e o acatamento deste requerimento, porque este instrumento esta Casa vai inovar, e ao mesmo tempo garantir a transparência na eleição de Irati. Afinal de contas, está lá desesperado pela situação que está acontecendo, o nosso líder de bancada, Deputado Toti Colaço. Ele que foi o Prefeito eleito, cassado, é verdade, no "tapetão", mas que, seguramente, com todas as forças políticas e democráticas, vão eleger Ladislau Prefeito de Irati.

A dignidade há de prevalecer neste momento em que até as instituições são colocadas em xeque.

Muito obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Causa-me estranheza ver aqui o Deputado Luiz Claudio Romanelli fazer esse discurso.

Parece, se não me falha a memória, se a minha inteligência não falhar, o Deputado Luiz Claudio Romanelli está sendo induzido a tomar esta atitude, e por forças estranhas. Ele falta com a verdade em algumas ques-

tões aqui. Quando ele diz, que o seu candidato está disparado nas pesquisas, não é verdade. Pois está atrás nas pesquisas, e falamos a verdade sobre as pesquisas de Irati. Temos as pesquisas da Perfil, onde estamos cinco pontos na frente.

Quero dizer que o Deputado Luiz Claudio Romanelli não está sabendo da história da eleição de Irati, e vou contar aqui.

O Deputado Toti Colaço renunciou, porque a justiça iria impugnar a sua candidatura, por mal versação do dinheiro público. Um homem conhecido pode ter pintado mais do que apareceu em Irati. Gastou tanta tinta, que dava para pintar Irati inteira. E é por isso que ele estava sendo cassado. E, minutos antes do juiz dar a sua posição, ele renunciou. Não foi cassado. Foi covarde, por não assistir a posição da Justiça.

A segunda questão, Senhor Presidente, Senhores Deputados, estão querendo em Irati, transformar o Deputado Toti Colaço em mártir das eleições em Irati. Nunca tinha falado nisto, mas não é verdade. Por que não é verdade? Ora, Senhores Deputados, temos um fato aqui nesta Casa, onde a lei é clara, e diz o seguinte: "que qualquer radialista tem que se afastar do seu programa, 60 dias antes". E, o Deputado Toti Colaço, conhecedor da lei, pois ele é advogado, sabia muito bem que ele não podia ser candidato. Ele exerceu, num programa de rádio semanal que ele tem lá, e não assegurou os 60 dias do qual lhe dava direito de ser candidato.

O Deputado Toti Colaço, sabendo que as eleições, que se não fosse ele o candidato, estava perdido. Ele procurou usar a lei, burlar a lei, para tentar a maneira que ele fosse impugnado, ele tentaria iludir a população de Irati. E não ganharíamos as eleições. O que aconteceu? O Deputado Toti Colaço já correu a eleição de Irati, impugnado pela Justiça Eleitoral do Paraná, foi ao Supremo, perdeu de goleada também no Supremo.

Ora, peço aos Senhores Deputados, aos Senhores que têm conhecimento da vida política. Quem não correria à Justiça, se tivesse um adversário que não respeitou a lei. Somos a justiça e a Justiça nos deu o direito de disputar as eleições com o grupo do Toti Colaço, em Irati, mas dentro da lei. A única coisa que exigimos.

E digo mais: para mostrar a seriedade do candidato Rodrigo, quando ele entrou com a impugnação, do ex-Prefeito Alfredo, que era candidato, ele já estava na frente nas pesquisas,

com 20 pontos. Ponderei ao Rodrigo: "Rodrigo, não peça a impugnação, você está com a eleição ganha". Ele disse, com todas as letras: "Prefiro perder as eleições, do que disputar a eleição com uma pessoa que não merece o respeito da população de Irati". Porque quando exerceu o cargo de Prefeito de Irati, ele não cuidou do dinheiro público com o devido respeito. Isso é a Justiça que está dizendo. Isso não é o nosso candidato que está dizendo. Isso não é o Deputado Rossoni que está dizendo. Isto é a lei que está dizendo. Ele foi cassado. Ele correu da decisão da Justiça, porque sabia o pecado que tinha.

O que não consigo entender, Deputado Romanelli, o que Vossa Excelência sabe que tenho um grande respeito por Vossa Excelência. Mas quero dizer, que este discurso seu aqui nesta tribuna, me causa dúvida, porque sei da sua opinião pessoal. Quando conversamos, e não venho aqui fazer uso disso, mas quero estar errado que este discurso que Vossa Excelência... quando digo Deputado Romanelli, que me causa dúvida o seu pronunciamento, porque estou achando que o seu pronunciamento, aqui, está sendo induzido para ser usado nos últimos três dias das eleições do Município de Irati.

Com a palavra o Deputado Renato Adur.

O Sr. Renato Adur - Deputado Rossoni, ouvimos com bastante atenção o pronunciamento do Deputado Romanelli, e o pronunciamento de Vossa Excelência. Acho que Vossa Excelência tem razão quando fala que a Justiça foi aplicada por interferência, ou por infringir algum aspecto da lei.

Entretanto, Deputado Rossoni, o que se questiona basicamente aí é a questão de estar se usando a máquina pública. Está sendo flagrado, via cinegrafista, uma distribuição de alimentos, num período pré-eleitoral, usando a máquina pública.

O SR. VALDIR ROSSONI - Queria fazer um apelo a Vossa Excelência, para que fosse breve.

O Sr. Renato Adur - Vou ser breve, Deputado Rossoni.

Não vou entrar no mérito da questão da decisão judicial. Acho que Vossa Excelência, como Líder do PDT, como Deputado democrata, como Parlamentar desta Casa, e até para preservar a importância deste Legislativo, deveria aderir à denúncia. A uma denúncia grave, do Deputado Romanelli, que é a es-

sência do pronunciamento dele, e não a renúncia do fulano de tal, a cassação do Toti, mas a denúncia de estarem distribuindo alimento público, para a camada pobre para se comprar votos.

Acho que toda a Assembléia Legislativa deveria aderir, e que esta Casa, Senhor Presidente, aprovasse uma comissão de observadores eleitorais, e não só isso. Que fosse encaminhado um ofício ao Presidente do TRE, para que o observador eleitoral do TRE acompanhasse a Comissão Parlamentar desta Casa. Acho que seria a atitude mais digna desta Casa.

O SR. VALDIR ROSSONI - Agradeço pelo aparte, Deputado Renato Adur, mas quero dizer a Vossa Excelência que somos plenamente favoráveis, e no Município de Irati existe a Justiça, e aquela mesma Justiça que, em primeira instância, lá em Irati, não impugnou a candidatura do Deputado Toti Colaço. Quem impugnou foi Curitiba, quero dizer a Vossa Excelência.

Essa história de PROVOPAR, essa história que está sendo distribuído pelo PROVOPAR, quero dizer o seguinte: a mesma Justiça que impugnou a candidatura do Deputado Toti Colaço, a mesma Justiça que ia impugnar a candidatura do Alfredo, por mal versação do dinheiro público, esta mesma Justiça está à disposição, acredito, do Deputado Romanelli, de Vossa Excelência, e de qualquer Parlamentar, para fazer a denúncia, e a Justiça vai julgar isso. Agora, não venham, no último minuto, aos 45 minutos do segundo tempo, querer marcar um penalti para mudar o resultado das eleições em Irati. Não vamos concordar com isso, e quero dizer a Vossa Excelência: é muito importante que os Senhores, o qual não concordo, e tenho certeza absoluta que não é verdade esta afirmação que estão distribuindo cestas básicas. Mas quero dizer a Vossa Excelência que vocês teriam a oportunidade de recorrer a Justiça, e aí sim, a Justiça se pronunciaria e impugnaria a candidatura do nosso companheiro. Mas por não ser verdade...

Senhor Presidente, quando o Deputado Romanelli estava falando, eu, respeitosamente, ouvi. Agora, gostaria de poder terminar meu pronunciamento!

Ao encerrar, quero dizer que estou estarecido, surpreso pelo posicionamento do Deputado Romanelli, mas peço a ele, em nome da lei, que recorra à Justiça de Irati, que tenho certeza, ela vai se pronunciar da mesma maneira com que se pronunciou quando estava para cassar aquele que renunciou a sua candidatura, e ao mesmo tempo

que cassou a candidatura do Toti, por não ter respeitado a lei.

Estamos agindo dentro da lei, e vamos vencer as eleições em Irati. Porque o nosso candidato é um homem honrado, um homem de respeito e um homem que tem a admiração do povo de Irati. Porque a pesquisa que temos em mãos, 75% da população de Irati, diz que o Rodrigo é o melhor candidato.

Com aparte, o Deputado Élio Rusch.

O Sr. Élio Rusch - Deputado Valdir Rossoni, a bem da verdade, não conheço pessoalmente nenhum dos dois candidatos de Irati. Sabemos que existe uma nova eleição marcada para o próximo domingo, dia 22. E os dois candidatos que disputam a eleição são consequência de um erro havido por parte do candidato, nosso colega, amigo, Toti Colaço, que infelizmente, não preencheu os requisitos da lei que regulamenta as eleições municipais. Ele não se desincompatibilizou no prazo hábil, e não só isso, como também, nos parece que havia um contrato entre o Governo do Estado e com a rádio de Irati, da qual Toti Colaço é proprietário, ou diretor. São as questões que levaram o Toti Colaço a se tornar inelegível para o pleito eleitoral. E vem à Justiça do Estado do Paraná, não o juiz eleitoral de Irati, mas sim aqui da Capital do Estado, impugnou, e por extensão anulou a eleição de Irati, e marcou uma nova eleição.

Deputado Valdir Rossoni, sem querer tomar partido do PFL ou do PDT, contra o PTB e contra o PMDB, devemos reconhecer, Deputado Romanelli, que a Assembléia Legislativa não pode num momento desses e numa hora dessa, hoje é quinta-feira, querer constituir uma Comissão Suprapartidária, aqui na Assembléia Legislativa, com o único objetivo de tornar essa Comissão com fins eleitoreiros.

Vamos deixar com que o próprio povo de Irati vá às urnas no dia 22 e decida para aquilo que seja melhor para o seu município. Ora, e a Justiça Eleitoral que venha, e a própria Justiça, se há irregularidades, compra de votos, ela que julgue, e não os Deputados. Quem somos nós, Deputado Romanelli, para querer julgar a legalidade da lisura do pleito eleitoral. Não podemos, sob hipótese nenhuma, Deputado Rossoni, Senhores Deputados, querer interferir no outro Poder, os Poderes têm que ser harmônicos, mas devem ser independentes. É isso que queremos.

E se quiséssemos lembrar a compra de votos, poderíamos lembrar aqui na

Assembléia, o passado do Paraná, o passado de muitos municípios.

Vamos deixar com que o povo de Irati decida seus próprios destinos. Infelizmente, o Toti Colaço, que é nosso amigo, incorreu no erro, na própria legislação, e ele foi cassado, e a lei tem que ser aplicada, e a lei deve ser aplicada para todos, mas jamais, Senhores Deputados, Senhor Presidente, podemos aprovar um requerimento faltando apenas 48 horas para as eleições.

Muito obrigado, Deputado Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI - Com a permissão do Deputado Presidente Anibal Khury, o aparte ao Deputado Cezar Silvestri, poderia me ceder o horário do PSDB, daí poderia usar.

O Sr. Cezar Silvestri - O Senhor pode utilizar o horário do PSDB, sem problema nenhum.

Deputado Rossoni, o que acredito, que não podemos concordar com o requerimento, e só falo em meu nome. Não consultei a minha bancada, com o requerimento do Deputado Romanelli, apesar do PSDB ser adversário do candidato que Vossa Excelência apoia.

Não podemos transformar esta Casa de Leis em massa de manobra eleitoral. Não podemos criar aqui um fato político que venha prejudicar um ou outro candidato, para isso existe a Justiça. Se houve a distribuição de cesta básica, se há uma fita comprovando isso, isso é um crime eleitoral, é abuso do poder econômico, cabe impugnação da candidatura do candidato que se utilizou desses meios. Agora, não cabe a esta Casa de Leis, transformar, sermos utilizados como "massa de manobra eleitoral".

É a minha posição pessoal. O meu voto será contrário, agora logicamente vou consultar os demais companheiros de bancada. E não admito ser chamado de "laranja". É uma questão de jamais aceitar ser usado por quem quer que seja, Deputado Romanelli. Nunca admiti isso, independente de partido político. Isso é uma questão de justiça, não admitiria que inclusive viesse favorecer o meu partido político. Agora, numa eleição que está com as pesquisas praticamente equilibradas, não vamos aqui criar um fato político, que perante a opinião pública vai logicamente influenciar eleitor, que a Assembléia Legislativa aprovou uma comissão, porque realmente há algum problema.

Para isso existe a Justiça. Faça o seu requerimento pedindo apoio ao TRE, que terá o meu voto favorável.

Agora, jamais sendo utilizado por massa de manobra política.

O SR. VALDIR ROSSONI - Para encerrar, Senhor Presidente.

O que acontece em Irati, é que temos que reconhecer que o Prefeito de Irati não é um grande político, mas é um grande administrador, e está fazendo um trabalho a nível de PROVOPAR, a sua esposa principalmente, respeitado por todo o Paraná, elogiado pela Fani Lerner, elogiado pelo Governador Jaime Lerner. E isso naturalmente machuca, porque a competência dá resultados em votos.

Quero agradecer o apoio que tive do Deputado Cezar Silvestri, e espero que os Deputados desta Casa não venham aprovar o requerimento do Deputado Romanelli, porque ele está querendo fazer uso desta Casa para interferir no resultado das eleições, porque eles não se conformam de perder essas eleições. Já perderam as eleições porque o povo está sendo inteligente e não está se deixando usar por pesquisas falsas, que estão distribuindo, porque vocês terão o conhecimento verdadeiro do resultado das eleições de Irati, na segunda-feira.

E o que estou dizendo aqui é verdade, porque as pesquisas que estão divulgando aí, não é o que temos conhecimento de institutos sérios, corretos, que por muitas vezes trabalharam no Paraná e que são conhecidos pelo povo paranaense.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Utilizo o horário do PT.

Como o Deputado Valdir Rossoni não me cedeu aparte, em primeiro lugar, quero deixar claro ao Deputado Cezar Silvestri, ouviu Deputado, que em momento algum vou me referir a Vossa Excelência de uma forma que não seja respeitosa. Respeito sempre a sua posição, Vossa Excelência é merecedor de absoluto respeito de minha parte e respeito as suas posições, e que o Senhor sempre vote com a sua consciência, e respeito isso.

O SR. CEZAR SILVESTRI - Bom, se Vossa Excelência não falou, mas escutei o termo "laranja".

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Não, mas não estava me referindo a Vossa Excelência. Não é isso.

O SR. CEZAR SILVESTRI - Então, me desculpe também.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Na verdade, estava brincando com o nosso companheiro Cleiton Kielse, e foi porque ele não foi no nosso almoço da Bancada do PMDB.

Mas, Senhor Presidente, só para encaminhar, o seguinte: na verdade, a origem da nossa preocupação é justamente pelo seguinte, porque a filmagem que foi feita em Irati, da distribuição de cesta básica no PROVOPAR, COHAPAR...

O SR. VALDIR ROSSONI - Não é verdade, está vindo mentira.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Excelência, respeitei Vossa Excelência quando falou.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Muito obrigado, Excelência, pela sua bondade.

Na verdade, o que está em jogo aqui é a lisura do processo eleitoral, é o uso da máquina pública do PROVOPAR Municipal, que para todos nós, o PROVOPAR foi sempre uma instituição sagrada.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Quem não teme, não treme.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Exatamente, Deputado Orlando Pessuti.

Então, na verdade, Senhor Presidente, foi o uso da máquina da cesta básica com propaganda do candidato Rodrigo, o filme foi autorizado pelo Juiz da Comarca de Irati...

O SR. VALDIR ROSSONI - Não é verdade.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - E queremos, Senhor Presidente, com esta Comissão Suprapartidária, com representantes de todos os partidos, para que se possa acompanhar o pleito eleitoral no Município de Irati, porque chega, é a terceira eleição, praticamente, é o terceiro turno em Irati. Chega de "tapetão", queremos um resultado limpo, para que ganhe, na verdade, o candidato que seja o melhor, embora, claro, o Toti Colaço, já foi injustiçado e foi profundamente, na verdade, violentado nos seus direitos políticos, porque ganhou legitimamente aquela eleição.

Mas, vamos dar o troco, e o Ladislau vai ganhar essa eleição, porque não é possível que a corrupção eleitoral possa prevalecer.

O Sr. Emerson Nerone - Deputado Luiz Claudio Romanelli, Senhores Deputados da Casa.

Quero apenas comunicar aqui um fato. A Assembléia Legislativa do Paraná aprovou uma Comissão de Deputados para acompanhar o processo de recontagem de Rancho Alegre do Oeste. Fomos, numa Comissão de Deputados, Deputado Nerone, Deputado Colombo e Deputado Nelson Tureck, acompanhar a recontagem em Rancho Alegre do Oeste, onde o PT, na recontagem, conquistou 15% a mais de votos na votação proporcional, e a diferença dos votos, que o nosso candidato continuou perdendo, candidato inclusive numa aliança com o PMDB, caiu em 30% a diferença do majoritário, continuamos perdendo, o vencedor foi o mesmo, mas na votação proporcional, ganhamos 15% a mais de votos. Isso possibilitou a eleição do primeiro Vereador da história de Rancho Alegre da sigla do PT.

Portanto, acho que antecipar-se a fatos como este, é extremamente necessário, e por isso concordamos com a posição levantada de uma Comissão de Acompanhamento, para evitar que depois, na recontagem, num processo fraudulento, tenhamos que depois ir lá numa Comissão, acompanhar a recontagem.

O Sr. Eduardo Trevisan - Entendo a preocupação do Deputado Romanelli e de outros Deputados, com relação ao pleito da Cidade de Irati, que em que pesa não tem nada a ver esta cidade ser de outra região, e comungo das mesmas preocupações.

Gostaria de sugerir, para tentar resolver este impasse, ao Deputado Romanelli, que fizesse um requerimento a ser encaminhado ao Tribunal Regional Eleitoral, elencando as suas preocupações, para que o Tribunal Regional Eleitoral, que tanto atuou nas eleições do Estado do Paraná, prendendo cabos eleitorais que estavam distribuindo cestas básicas em vários municípios, inclusive os meus, da minha região, para que este órgão já constituído, e já tendo esta atuação, tome as providências necessárias, e desta forma esta Assembléia não vai ficar se metendo em todas as eleições de todos os 400 municípios do Estado do Paraná, de acordo com o interesse eleitoral de um ou outro Parlamentar.

Sugeria isto ao Deputado Romanelli, e acho que a Assembléia toma as suas providências, encaminha as denúncias e o Tribunal vai fazer o que lhe é de responsabilidade.

O SR. RENATO ADUR (*Pela Ordem*) - Gostaria de registrar a presença, neste Plenário, do Prefeito eleito de Roncador, Dr. Odilon, que teve uma consagrada vitória naquele município; e do Vereador pela quarta vez no município, Élio Petrovski. Também são os votos do nosso Deputado Augustinho Zucchi.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, só para concluir, então, queria solicitar neste processo de discussão que estamos travando, uma análise dos Senhores Parlamentares. Não é possível que esta Casa possa assistir o que está acontecendo em Irati, receber estas denúncias, temos oportunidade de nos manifestar a respeito, a Comissão Supra-Partidária vai ser composta por mim, pelo Deputado Rossoni, pelo Deputado João Techy, pelos desta Casa que vão a Irati como observadores, para acompanhar o processo eleitoral, não vão lá para discursar no palanque, para dar entrevista em rádio, vão ver o que está acontecendo, anotar e relatar a esta Casa.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Com todo o respeito que tenho ao candidato do Deputado Rossoni, mas o meu candidato é do PTB. Vou fazer amanhã, um grande comício para ele, e vou ganhar a eleição.

A Gazeta do Povo publica a seguinte pesquisa hoje, e não ia publicar uma pesquisa mentirosa:

(Lê): "Pesquisa aponta tendência do eleitorado de Irati, hoje.

Pesquisa estimulada, feita pelo Instituto Veredicto, de Curitiba, indica que o candidato oposicionista Ladislau Obrzut (PTB), do Movimento Popular Progressista (MPP), ganhará as eleições no Município de Irati, região Centro Sul do Estado, com uma vantagem de 42,1% contra 38,2% de Rodrigo Hilgemberg (PDT), apoiado pela atual administração. O candidato do PT, Trajano Garcia, tem apenas 3,9% dos votos.

A pesquisa, com autorização da Justiça Eleitoral, para ser divulgada hoje, dia 19, também assegura um índice de menor rejeição de Ladislau, com 15,3%, enquanto o candidato oficial é o mais rejeitado pelos eleitores, com 25,4%. Estimativa feita por assessores do MPP é de que Ladislau seja eleito com uma diferença de 1.300 votos.

Vão às urnas neste domingo, 33.250 eleitores, depois de a justiça não reconhecer a vitória do Deputado Toti Colaço nas eleições de 3 de outubro, que venceu o pleito com 13.755

votos. O então candidato a vice de Toti, Ladislau Obrzut, está concorrendo à prefeitura, tendo como vice o empresário Germano Strassmann, que sustentam o projeto político de "mudança e transformação". O MPP lançou um slogan: "na nova eleição, confirme com a razão seu voto de coração", convidando os eleitores ao "bis" eleitoral".

Muito bem, diz aqui que a pesquisa da Gazeta do Povo hoje, o candidato do PTB, Ladislau, ganharia a eleição por 1.300 votos, mas temos que convir que segundo informações do Presidente da Mesa, eles estão empatados hoje. O seu candidato não está com 5%. Eles estão "pau a pau", entendeu?

Então, a diferença lá, até concordo com o Deputado Nerone, a diferença lá deve estar no mínimo, no mínimo uns 300 votos. Se ganhar o candidato de Vossa excelência, ou ganhar o candidato do meu partido, é uma diferença de 300 votos. Agora, este negócio de cesta básica ou não cesta básica, o que importa é ganhar a eleição e estar com a carteirinha no bolso. O resto, deixa para lá.

O Sr. Valdir Rossoni - Mas tenho, Deputado Alborghetti, tenho pesquisa da Perfil...

(Vozes paralelas)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, queria que Vossa Excelência me assegurasse a palavra. Quero dar um aparte ao Deputado Geraldo Cartário Ribeiro.

O Sr. Geraldo Cartário - Senhor Presidente, posso falar no aparte concedido pelo Deputado Romanelli? Caso contrário, Vossa Excelência me concede o horário do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência tem o direito ao aparte.

O Sr. Geraldo Cartário - Obrigado.

Insistentemente solicitado a me pronunciar aqui pelos ilustres companheiros Deputados que quiseram que mais uma vez eu relatasse o ocorrido na Fazenda Rio Grande.

Acho, e falei para o Romanelli, que se eu for relatar aqui, vou prejudicar o requerimento dele, porque o requerimento dele vai servir para que os Deputados na Cidade de Irati, sejam inclusive motivo de gozação por parte de alguém, porque o juiz até nas apurações, os juizes de Direito nos tratam de uma forma vergonhosa, não nos

deixando sequer adentrar no recinto onde se efetuam as apurações.

Então, quando o juiz de Direito tomar conhecimento que uma Comissão de Deputados que não tem absolutamente nada a ver com o serviço eleitoral da apuração ou da votação, ele vai irritar que vai precisamente, o Annibelli está falando.

Então, o que quero dizer, Romanelli, voto a favor do requerimento, voto a favor, inclusive se fosse apresentado pelo Deputado Rossoni, votaria também a favor, porque acho que insistentemente a Assembléia se pronuncian-do contra o poder de eleição comandada pelos juizes, de uma hora para outra teremos um respaldo.

Talvez haja um respeito, mas a culpa, é única e exclusivamente não do juiz de Irati, nem do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, nem do Superior Eleitoral; é dos Deputados Federais. Todas as leis que são feitas, é sempre desconfiando dos próprios políticos. Então, a lei eleitoral desconfia do próprio político.

Por isso que estou aqui, com o meu companheiro Alborghetti. Ele me ensinou a guardar dinheiro, estou guardando dinheiro, não estou jogando dinheiro à toa.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, entendendo que o Plenário ainda não discutiu, e não votou a Ordem do Dia, e entendendo que o requerimento do Deputado Romanelli, se aceito, deverá ser apreciado após a votação da Ordem do Dia; e a discussão que está se fazendo está apenas tomando o tempo mais precioso dos motivos da convocação desta Sessão.

Peço a Vossa Excelência, Senhor Presidente, dirijo-me a Vossa Excelência para pedir-lhe que não aceite o requerimento do ilustre Deputado Romanelli, porque é uma interferência indevida deste Poder no Poder Judiciário, é desconfiança desta Casa no Poder Judiciário lá da Comarca, ou da Cidade de Irati.

A esta Assembléia não resta os argumentos do Deputado Romanelli, ainda mais Deputado lá na nossa Cidade de Nova Esperança, onde sou o primeiro mais votado, e o Deputado Romanelli o segundo, nunca se viu tanta cesta básica distribuídas por seu cabos eleitorais na Prefeitura, pagas pela Prefeitura, e não trouxe para este Plenário, não trouxe aqui para este Plenário aquela condição.

Portanto, Senhores Deputados, cesta básica não é novidade para ninguém. Quero crer que lá esteja acontecendo, de ambos os lados, ambas as

candidaturas, usando os recursos que todos sabemos.

Portanto, Senhor Presidente, indevido, inoportuno o requerimento do nobre Deputado Romanelli.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Quero dar uma informação ao Deputado Romanelli, e à Casa.

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral comunicou a Assembléia que irá pessoalmente a Irati no dia da eleição, acompanhado do Corregedor do Tribunal Eleitoral. Nessas condições, faço um apelo ao Deputado Romanelli, que retire o seu requerimento, tendo em vista essas providências do Tribunal Regional Eleitoral.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Tudo bem, Excelência. Um pedido seu, para mim é sempre aceito. Retiro o meu requerimento, mas que, Deputado Rossoni, lá em Irati estão comprando voto, isso estão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas, ou outras a serem incluídas. **Aprovado.**

O SR. EMERSON NERONE (Pela Ordem) - Senhor Presidente, seriam as mesmas matérias dessa pauta?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Seriam as mesmas matérias, as outras matérias não foram objeto de menção na Mensagem Governamental.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 527/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 101/96, que autoriza o Poder Executivo alterar os fins sociais da BANESTADO S/A Informática, que passa a denominar-se BANESTADO S/A Participações, Administração e Serviços. **COM PARECER DA C.C.J.. EM REGIME**

DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 521/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 095/96, que autoriza o Poder Executivo a firmar escrituras públicas de revogação da doação de imóvel, outorgada pelo Centro Pastoral, Educacional e Assistencial "Dom Carlos" - CPEA, em favor do Estado do Paraná, e de revogação da doação de bens móveis outorgados pela mesma entidade em favor do Estado do Paraná, conforme notas do Tabelionato Leinig, do Município de Palmas. COM PARECER DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 183, de 26.11.96 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 521/96

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 095/96, objetiva autorizar o Poder Executivo a firmar escrituras públicas de revogação da doação de imóvel outorgada pelo Centro Pastoral, Educacional e Assistencial "Dom Carlos" - CPEA, em favor do Estado do Paraná, e de revogação da doação de bens móveis outorgados pela mesma entidade em favor do Estado do Paraná, conforme notas do Tabelionato Leinig, do Município de Palmas.

Chamada a opinar, esta Comissão de Constituição e Justiça não encontrou nada que impeça sua normal tramitação, quanto aos aspectos constitucionais, legais e regimentais.

Sendo assim, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.12.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 522/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 096/96, que aprova abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 130.000,00 ao vigente Orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública, visando atender despesas de manutenção do Instituto de Identificação do Paraná. COM PARECER DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 183, de 26.11.96 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 522/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 096/96, tem como objetivo aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), ao vigente Orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública, visando atender despesas de manutenção do Instituto de Identificação do Paraná.

Chamada a opinar, esta Comissão de Constituição e Justiça, não encontrou nada que impeça sua normal tramitação, quanto aos aspectos constitucionais, legais e regimentais.

Desta forma, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.12.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

BASÍLIO ZANUSSO - Relator

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 523/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 097/96, que aprova abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 24.813.741,00, ao vigente Orçamento Próprio do DETRAN, visando atender despesas com serviços de processamento de dados, aquisição de equipamentos, repasse de recursos à Polícia Militar e convênios com Prefeituras Municipais. COM PARECER DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 183, de 26.11.96 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 523/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 097/96, que aprova abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 24.813.741,00, ao vigente Orçamento Próprio do DETRAN, visando atender despesas com serviços de processamento de dados, aquisição de equipamentos, repasse de recursos à Polícia Militar, e convênios com Prefeituras Municipais.

Analisando a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão entendeu que foram cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente, não encontrando óbice à sua tramitação, nesta Casa de Leis.

Nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 19.12.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

VALDIR ROSSONI - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 524/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 098/96, que objetiva dar nova redação à Lei nº 11.280/5 - IPVA. COM PARECER DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. nº 183, de 26.11.96 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 524/96

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame objetiva alterar a Lei Orgânica do IPVA (Lei 11.280 de 26/12/95) para:

1º) suprimir do inciso I do artigo 4º a expressão "exceto para veículos de propriedade de empresas locadoras", porque a alíquota de 1% é específica para os veículos de transporte, não fazendo sentido excluir deste percentual os veículos que embora destinados a esta finalidade, sejam de propriedade de empresas locadoras.

Até 1995 vigorava a alíquota de 1% para todos os caminhões, somente em 1996 foram os mesmos excluídos do rol dos veículos onerados a 1% (art. 4º, I).

2º) alterar o calendário para pagamento do imposto estabelecido no artigo 11, de março a dezembro, para março a outubro. O objetivo da medida é adequar os prazos do IPVA à Resolução 781/94 do CONTRAN que determina prazo final para licenciamento o mês de dezembro. Isto posto e considerando que é facultado o parcelamento do IPVA em 3 parcelas e que o licenciamento somente é procedido após o pagamento do imposto, ficando os veículos sem documentação. Situação que vem acarretando nas férias de verão, inúmeros problemas para os proprietários de veículos com a fiscalização deste e de outros Estados (artigo 11).

3º) corrigir os percentuais de redução do tributo para incentivar o recolhimento antecipado em cota única, adequando o desconto às taxas de juros vigentes no mercado (artigo 11, §§ 3º e 4º).

4º) aperfeiçoar a redação para suprimir a expressão "obedecido o calendário do inciso I", que gerava dúvidas relativamente aos incisos II e III. (artigo 11, § 4º).

5º) aumentar para 0,4% ao dia o percentual de redução da multa moratória para pagamento entre o 1º e 30º dia após o vencimento, totalizando assim ao final do 30º dia, o percentual de 12% (artigo 15).

6º) aprovar a tabela de valores venais para cálculo do IPVA no exercício de 1997 (artigo 3º, IV).

A tabela proposta com o projeto de lei atualiza os valores da tabela anterior, conforme os valores de mercado obtido através de pesquisa em revistas especializadas e periódicas, bem como, acrescenta veículos novos, principalmente os importados que não constaram da tabela anterior.

As modificações propostas à Lei do IPVA, através do presente projeto de lei, foram analisadas à luz das Constituições Federal e Estadual, do Código Tributário Nacional, e do Regimento Interno desta Casa, e não se encontrou qualquer embargo para prosseguimento do respectivo processo legislativo.

Não obstante, correções haverá de ser feitas conforme emendas propostas, cujas redações a seguir e respectivas justificativas esclarecem a necessidade de sua apresentação nesta oportunidade:

1 - EMENDA CORRETIVA E MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 524/96

Altera a redação do artigo 1º do Projeto de Lei nº 524/96 para diminuir os percentuais da multa moratória, aumentar o percentual proposto de sua redução e, corrigir o período para pagamento, de "1º ao 3º" para "1º ao 30º".

"Art. 15 - ...

I - 10% (dez por cento) do valor do IPVA não pago no prazo devido;

...

§ 1º - A multa prevista no inciso I, será reduzida do 1º ao 30º dia seguinte aquele em que tenha expirado o prazo de pagamento, para 0,33% (trinta e três décimos por cento) do valor do imposto devido, por dia de atraso".

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda justifica-se porque incoerente a proposição da multa no percentual de 0,4% ao dia num total de 12% ao mês, quando a Lei 11.580/96, aprovada recentemente nesta Casa e que trata do ICMS, reduziu para 0,33% ao dia, as multas moratórias daquele imposto e do ITCMD.

A uniformização das penalidades moratórias dos tributos de competência estadual garante tratamento tributário penal isonômico a todos os contribuintes do Estado, sem distingui-los em razão da sujeição passiva a este ou aquele imposto.

A alteração do inciso I, do artigo 15 da Lei 11.280/96, impõe-se na medida em que deve representar o total do percentual diário, ao final do 30º dia (0,33% x 30 = 10%).

E, a correção do 3º para 30º dia, dispensa comentários para justificá-la

ante o óbvio do erro de redação cometido no anteprojeto".

2 - EMENDA ADITIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 524/96

A presente emenda visa alterar a redação do inciso II do artigo 4º da Lei 11.280 de 26/12/96:

"Art. 4º - As alíquotas do IPVA são:

I - ...

II - 2% (dois por cento) para veículos destinados à locação, de propriedade de empresas locadoras ou cuja posse essas detenham, mediante contrato de arrendamento mercantil.

III - ..."

JUSTIFICATIVA:

A emenda em questão é extremamente oportuna, porque corrige distorção quanto à carga tributária sofrida pelas empresas locadoras que relativamente aos veículos de sua frota própria, recebem o impacto de 1,5% do valor do respectivo veículo a título de IPVA, ao passo que relativamente aos veículos de terceiros recebidos em regime de "leasing" e também objeto de locação como os primeiros, a carga tributária a elas repassada alcança 2,5%.

Unificada a carga tributária relativa ao IPVA para os veículos explorados pelas empresas locadoras, justo que a mesma fique afixada em 2%".

Isto posto, esta Comissão de Constituição e Justiça manifesta seu parecer favorável ao projeto de lei na forma das emendas em anexo.

Sala das Comissões, em 19.12.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

VALDIR ROSSONI - Relator

Em discussão.

O SR. EMERSON NERONE (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, a Lei 524/96 objetiva dar nova redação à lei que trata do IPVA. Há duas mudanças fundamentais esse ano: a primeira é a adequação às leis nacionais de emplacamento de veículos, que o PT concorda, pelos problemas existentes na lei anterior, que davam margens aos portadores de licenciamento no Paraná levarem multa em outros Estados, exatamente porque a lei estadual não era compatível com a lei federal.

Portanto, os outros Estados, a Polícia Federal em outros Estados não concordava com isso, isso é apenas uma adequação.

Há um segundo ponto também de diminuição dos valores de desconto, e também na nossa análise, os valores são razoáveis, e a bancada concorda com a diminuição dos valores de des-

contos, uma vez que os tempos são outros, com uma inflação muito menor, os descontos também tendem a cair.

O ponto fundamental, e por isso estaremos apresentando uma emenda em segunda discussão, uma emenda na sequência, e gostaríamos, para não causar problema também ao IPVA, que tem de ser votado no dia 31, que fosse transformado o Plenário em Comissão Geral para a análise desta emenda, não obstruindo o projeto do IPVA.

Gostaríamos de lembrar que o ano passado, os veículos de aluguel tiveram uma diminuição do percentual de 2,5% para 1%, uma emenda apresentada pelo hoje Secretário Nelson Justus.

Esse ano, por entendimento de algumas lideranças desta Casa, parece que há um aumento previsto através de emendas para 2%. A Bancada do PT vai apresentar uma emenda de reajuste dos valores dos aluguéis dos veículos de propriedade de empresas locadoras, deixando em 2,5%.

Achamos que não é possível que possamos dar alíquotas diferenciadas às empresas locadoras, e apenas gostaria de lembrar, que nos anos anteriores, que no ano anterior, a bancada discordou em Plenário, inclusive nesta tribuna, e por isso esse ano retomamos a mesma discussão do ano passado, que já no ano passado não poderia ter sido diminuído. Retomamos este ano com um reajuste de 2,5%.

O Deputado Annibelli questiona, se não foi feito um acordo de lideranças. As lideranças de bancadas não foram chamadas, e achamos que seria conveniente deixarmos em 2,5% para que os veículos de empresas locadoras recebessem o mesmo tratamento de qualquer cidadão no Estado do Paraná.

Parece-me que há um complicador neste Estado, nesta questão, e por isso então a bancada mantém a posição do ano passado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votação ao projeto. **Aprovado.**

O SR. EMERSON NERONE (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, apenas gostaria que constasse em Ata, do voto favorável da Bancada do PT, que em segunda discussão apresentamos esta emenda.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) -

Acredito que continuamos com algumas dúvidas a respeito, e levantamos isso na CCJ.

O primeiro questionamento que fizemos, foi construir 120 creches nas

Vilas Rurais. Não era possível agora, porque não existe...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Este questionamento procede, porque realmente é um absurdo.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - E construir também 120 creches com um milhão, também sabemos que serão muito pequenas, para se construir com oito mil reais uma creche. Mas, num ofício que a nossa vice-Governadora encaminha, a Mensagem 102, então, nas explicações ela diz: "visando atender a construção de 120 creches nas Vilas Rurais, através de convênios".

Então, o texto do projeto não fala, evidentemente, em construção de 120 creches, mas na justificativa, nos argumentos que acompanham, ela menciona que é para construir 120 creches, está aqui publicado nos avulsos da sessão de hoje de manhã. Até argumentamos isso com o Deputado Algaci Túlio, para que tivéssemos esclarecimento, se de repente não são somente 20 creches para as 19 ou 20 Vilas Rurais do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - De acordo com o projeto é suplementação de verba. O projeto está certo, a exposição de motivos da Governadora, errada.

O projeto está certo, não vou submeter à votação, mas faço um apelo que a Comissão de Justiça faça novo exame na matéria, porque na redação do projeto, está certo.

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 525/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 099/96, que aprova abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 130.000,00, ao vigente Orçamento da Biblioteca Pública do Paraná. COM PARECER DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 183, de 26.11.96 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 525/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo aprovar abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 130.000,00, ao vigente Orçamento da Biblioteca Pública do Paraná.

Chamada a opinar, esta Comissão de Constituição e Justiça não encontrou nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental para a

normal tramitação da matéria nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 19.12.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
AUGUSTINHO ZUCCHI - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 526/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 100/96, que objetiva acrescentar ao art. 8º da Lei nº 7875/84, no sentido de incluir como membro do Conselho Estadual de Educação, Habilitação ou Reabilitação e Integração Social, o Secretário de Estado da Criança e Assuntos da Família, ou seu representante. COM PARECER DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 183, de 26.11.96 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 526/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo acrescentar ao art. 8º, da Lei nº 7875, no sentido de incluir como membro do Conselho Estadual de Educação, Habilitação e Integração Social, o Secretário de Estado da Criança e Assuntos da Família, ou seu representante.

Chamada a opinar, esta Comissão de Constituição e Justiça não encontrou nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental para a normal tramitação da matéria nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela aprovação do Projeto de Lei nº 526/96.

Sala das Comissões, em 18.12.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 563/96, que aprova abertura de crédito suplementar no valor de R\$1.000.000,00 ao vigente Orçamento da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, visando atender a construção de 120 creches nas Vilas Rurais. COM PARECER DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE LEI Nº 563/96

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do

Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 11.305, de 28 de dezembro de 1995, no valor de R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.12.96.

(a) PODER EXECUTIVO

Suplementação da Despesa		ANEXO I			Fl.01
Anexo					R\$1.00
Código	Especificação	Natureza da Despesa	L FT D R	Valor	N.do Proc Cop.
4500	Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família				
4503	Diretoria Geral				
2287	Gerenciamento da Estrutura Adm. e Execução dos Progr. da Secretaria				
		4130.99	00 L	1.000.000	2597
TOTAL				1.000.000	

Cancelamento da Despesa		ANEXO II			Fl.01
Anexo					R\$1.00
Código	Especificação	Natureza da Despesa	L FT D R	Valor	N.do Proc Cop.
4500	Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família				
4503	Diretoria Geral				
1096	Execução do Progr. Estímulo ao Ofício				
		3132.15	00 L	1.000.000	2597
TOTAL				1.000.000	

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 563/96

PARECER:

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo visa aprovar crédito suplementar no valor de R\$ 1.000.000,00, ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual 11305/95.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23.12.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

VALDIR ROSSONI - Relator

Sobre este projeto, a Mesa quer se manifestar. A súmula, tanto do projeto como da Ordem do Dia, não refletem exatamente a verdade do Projeto de Lei nº 563/96. Na redação não se fala em 120 creches, é apenas uma suplementação da verba do orçamento que aqui está: reforço a verba para mais de um milhão.

Então vamos examinar aqui a redação da lei: "fica aprovado o crédito suplementar, no Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei nº 11.305, de dezembro de 95, no valor de um milhão. Esta lei orçamentária, conforme anexo desta lei. Utilidade de recurso para a cobertura do crédito que trata do artigo anterior igual importante proveniente de cancelamento de dotação, conforme o número 02.

Na realidade, o projeto é um, a súmula é outra, e a mensagem da Governadora em exercício é outra. Mas temos que nos ater à redação da lei. É um crédito suplementar de um milhão.

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 570/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 104/96, que objetiva aprovar um ajuste no Programa de Obras no Anexo VI, Orçamento Geral do Estado. COM PARECER DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 194, de 09.12.96 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 570/96

PARECER:

O presente projeto de lei do Poder Executivo objetiva aprovar um ajuste no Programa de Obras no Anexo VI - Orçamento Geral do Estado.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19.12.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

BÁSILIO ZANUSSO - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 579/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 106/96, que autoriza o Poder Executivo a aderir, mediante convênio, ao Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, instituído pela Lei Federal nº 9317, de 05 de dezembro de 1996. COM PARECER DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 204, de 18.12.96 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 579/96

PARECER:

Ao apresentar o parecer desta relatoria sobre o Projeto de Lei 579/96 e o Projeto de Lei Complementar 581/96, de autoria do Governo do Estado do Paraná, que objetiva autorizar o Poder Executivo a aderir, mediante Convênio ao SIMPLES - Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contri-

buições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, instituído pela Lei Federal 9.317, de 05 de dezembro de 1996, queremos fazer algumas considerações que entendemos como muito importantes:

1) Os benefícios econômicos, sociais e políticos advindos desta legislação que por certo a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, dará a devida importância, são tão grandes que extrapolam em números, pois exercerá uma enorme influência sobre os custos associados à perda na arrecadação federal. Considerando que as empresas de menor porte têm funcionado como uma espécie de amortecedor da crise econômica do país, transformando desempregados em empresários - pois além do auto-emprego, estas empresas de micro e pequeno portes, oferecem trabalho para 2, 3, 5 ou 10 pessoas, apesar das restrições de ordem ambiental e institucional que têm enfrentado;

2) Sabedores que somos dos enormes benefícios que esta lei poderá oferecer, propusemos no dia 12 deste mês de dezembro, a aprovação de um projeto de lei que levou o nº 577, que contém em seu teor, os mesmos benefícios que são previstos na Lei Federal 9.317/96, e os mesmos que contém este Projeto de Lei 579/96, de autoria do Governo do Estado do Paraná.

Considerando esta importância, tivemos um requerimento aprovada para a anexação do projeto de nossa autoria, ao que veio encaminhado pela Mensagem Governamental nº 106/96;

3) Considerando, ainda, os termos do artigo 179 da Constituição Federal de 88, que diz: "A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei".

4) Considerando que a Lei 58/91, isentava de impostos as PME, e que este projeto proposto, trata do assunto estabelecendo uma diferenciação pelo tamanho e pela produção da empresa;

5) Considerando, ainda, que o Estado do Paraná tem se caracterizado nos últimos anos, e atualmente isto está comprovado, em oferecer benefícios para que novas empresas de grande porte venham se instalar em seu território, por isso, sai na frente no que se refere à legislação para as empresas de menor porte (PME) oferecendo a

opção de participar do Convênio do SIMPLES - Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, tratando-se de modo diferenciado como está previsto na nossa Carta Magna Federal;

6) Considerando, que esta nova legislação, permitirá que as Micro e Pequenas Empresas possam conviver com o fisco, pois ela representa menos impostos e menos burocratização, propiciando o oferecimento de oportunidades de surgimento de uma nova força para estas empresas menores, ofertando as oportunidades reais de crescimento e mais desenvolvimento, aumentando, por certo, a oferta de novos empregos no mercado.

7) Considerando, por fim, a necessidade que se apresentava da regulamentação do Artigo 179 da Constituição Federal vigente, e que, é preciso que se aprove ainda em 96, pois só assim o Governo poderá fazer vigir esta lei em 97.

Este parecer, tem como objetivo, oferecer aos nobres pares, alguns dados rápidos, porém, importantes, como: a previsão de surgimento de novas empresas à nível de Brasil, com a aprovação da Lei 9.317, de 05 de dezembro de 1996, é de 500.000 novas empresas - segundo dados do SEBRAE - e no Paraná, podemos ver por estimativa, a possibilidade do surgimento de, mais ou menos, 140.000 novas micro e pequenas empresas - também dados do SEBRAE - o que representa prever um crescimento acentuado da oferta de novos empregos.

O SIMPLES representa uma conquista histórica para os micro e pequenos empresários e seus respectivos órgãos de classe, conforme prevê a mensagem do Senhor Governador do Estado.

Diante do exposto, e não havendo óbices, somos de parecer favorável; à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 19.12.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

AUGUSTINHO ZUCCHI - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 580/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 107/96, que dispõe que o Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN, e o Departamento de Imprensa Oficial - DIOE, deverão recolher ao Tesouro Geral do Estado até 90% do saldo financeiro disponível, exclusive os recursos de aplicação vinculada, verificado no balancete encerrado em 31 de outubro de 1996. COM PARECER DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprova-

do. (Publ. no D.A. nº 204, de 18.12.96 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 580/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo de Mensagem Governamental, dispõe que o DETRAN e DIOE deverão recolher ao Tesouro Geral do Estado até 90% do saldo financeiro disponível, exclusive os recursos da aplicação vinculada, verificando no balancete encerrado em 31 de outubro de 1996.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável.
Sala das Comissões, em 19.12.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
EDUARDO TREVISAN - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 581/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 106/96, que revoga a Lei Complementar nº 058, de 16 de julho de 1991. COM PARECER DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 204, de 18.12.96 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 581/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo do Poder Executivo, visa revogar a Lei Complementar nº 58, de 16.07.91 (microempresas).

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 19.12.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
BASÍLIO ZANUSSO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimento nº 1822, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1826, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, com apoio dos Senhores Deputados Doutor Rosinha, Orlando Pessuti, José Maria Ferreira e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** Será encaminhado ao Poder Executivo.

Requerimento nº 1825, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romaneli, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 521, 522, 523, 524, 525, 526, 570, 579, 580 e 581/96.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 563/96.

Levanta-se a sessão.